

O PAPEL DO PROFISSIONAL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): PERSPECTIVAS E EXPERIÊNCIAS DE UM ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Uruelson Oliveira de Melo ¹

Deise Carla de Brito Pascoal²

Juliana Pinheiro da Silva³

Márcia Fabricia Janúncio da Silva 4

Rafael Soares Chaves 5

RESUMO

A função do profissional do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um intermédio entre o estudante com alguma necessidade educacional específica e o professor da sala de aula regular, mostrando como o professor regular pode chegar nesse público, pois muitas vezes mesmo com os conhecimentos sobre os conteúdos, o professor regular precisa desse apoio para compreender que as pessoas com alguma necessidade tem o funcionamento da mente de uma forma diferente. Já o profissional do AEE estuda para compreender os aspectos do funcionamento da mente da pessoa com deficiência, além dos recursos e adaptações que ela precisa para fixar e aprender os conteúdos. Neste trabalho utilizaremos de uma reflexão teórica a partir de alguns autores, principalmente Almeida (2015) e Mendonça (2011); além de apresentarmos alguns registros de experiências do contato do estudante com deficiência com o profissional do AEE durante sua vida acadêmica. Objetivamos demonstrar a importância do profissional AEE e que a sua presença é essencial em todas as escolas, pois o público de estudantes com deficiência está presente em todos os lugares. Conclui-se que o profissional do AEE tem grande importância e a sua atuação causa impactos significativos no desempenho da educação dos estudantes com deficiência, como também em toda comunidade escolar.

Palavras-chave: Relato de experiência. Programa Jovem Potiguar. IFRN.

INTRODUÇÃO

O retardo mental pode causar o sofrimento de alguns atrasos que dificultam o convívio da pessoa com essa deficiência na sociedade, porque afeta o humor, faz com





























Graduando do Curso de Licenciatura em Ouímica do Instituto Federal -IFRN. ouruelson.oliveira@gmail.com;

Mestranda do Curso ProfEPT do Instituto Federal - IFRN, deisecarla1910@gmail.com;

Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal -Mestra em IFMA. juliana.pinheiro@ifrn.edu.br;

⁴ Esp. em ABA, Pedagoga da Faculdade Maciço de Baturité - FMB, marciafabricia35@gmail.com.

⁵Mestre em Saúde da Família pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, chaves.rafael@escolar.ifrn.edu.br.



que ele tenha alguns receios, pode afetar sua ansiedade, características que podem afetar o seu espaço na sociedade, muitas vezes não consegue se expressar bem, desse modo afeta também a sua comunicação, a sua forma de se comunicar com as demais pessoas que estão ao seu redor. É necessário que exista uma pessoa ao seu redor que inspire essa pessoa à não ter tantos receios, medos e estimule a sua segurança.

A deficiência intelectual se apresenta nas pessoas até os 18 anos de idade e é determinada quando o QI é abaixo de 70. No entanto, existem alguns transtornos mentais que apresentam sintomas semelhantes, mas o QI não é abaixo de 70. Sendo assim, a deficiência intelectual representa um desenvolvimento intelectual incompleto, o que difere a pessoa com deficiência intelectual de outros transtornos, ou seja, são informações importantes a serem analisadas pelos profissionais para que o laudo seja adequado e o acompanhamento seja coerente com essa deficiência.

Alguns indivíduos com deficiência intelectual podem apresentar distúrbios emocionais que podem afetar o seu comportamento, pessoas com deficiência intelectual são sensíveis ao estresse emocional devido às tarefas ou trabalho, pressionados por amigos ou família que eles julgam importantes. O aluno com deficiência intelectual desafía a escola devido a sua forma de aprender, pois a escola regular tem a sua forma de ensinar e o aluno tem sua forma de aprender, de ver o mundo e de compreender as coisas, desse modo, torna-se um belo desafio ensinar a esse público.

O estudante com deficiência intelectual tem dificuldade na construção dos próprios conhecimentos na sala regular, por isso existe a necessidade da preparação de provas adaptadas para esse público, bem como, professores especializados para atender esses estudantes e a formação da comunidade escolar como um todo para aprender a trabalhar com esse público.

Um dos fatos que acontecia com frequência no passado era a constância com que os professores da sala de aula regular retiravam da sala os estudantes que não conseguiam acompanhar a aula e os mandavam para qualquer outro profissional da escola.

Aprender é uma ação humana! É uma ação individual do sujeito, onde todos tem o direito, seja com uma deficiência intelectual maior ou menor do que a outra pessoa, é uma ação onde todos podem expressar a sua opinião, esse é o processo de aprendizagem. Ensinar é um ato coletivo que o professor faz sem distinções, a escola regular deveria mudar a sua forma de ensinar para que todos possam aprender, sem exceção.

























METODOLOGIA

Este trabalho tem caráter qualitativo, desenvolvido a partir de um relato de experiência de um estudante com deficiência intelectual matriculado no curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). A pesquisa foi construída por meio da observação participante e do registro reflexivo sobre vivências escolares e acadêmicas, relacionando tais experiências com referenciais teóricos que discutem a educação inclusiva e o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

As reflexões apresentadas são fruto de vivências desde a educação básica, na qual o estudante enfrentou dificuldades de leitura, escrita e compreensão textual, até o ensino superior, momento em que passou a contar com o acompanhamento de uma Assistente Educacional Inclusiva (AEI). Essa profissional realiza atendimentos semanais, orientando a leitura e interpretação de textos, organização de ideias para elaboração de atividades acadêmicas e preparação para avaliações, fortalecendo a autonomia do estudante no ambiente universitário.

A coleta das informações ocorreu por meio de anotações pessoais do estudante sobre suas experiências, percepções e sentimentos em relação ao processo de ensino e aprendizagem. As reflexões foram analisadas à luz dos autores que discutem a educação inclusiva, a formação docente e a importância do AEE, buscando compreender como a presença desse profissional impacta positivamente o desenvolvimento acadêmico e social do estudante. Por se tratar de um relato de experiência pessoal e acadêmica, não houve necessidade de aprovação em comitê de ética, visto que não foram utilizados dados sigilosos de terceiros, nem registros de imagem ou identificação de outros sujeitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva no Brasil é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que assegura o atendimento educacional especializado aos estudantes com



























deficiência. Essa modalidade de ensino é regulamentada pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que orienta a oferta do AEE como serviço complementar e não substitutivo à escolarização comum.

Segundo Baptista et al. (2015), o processo de inclusão deve romper com as barreiras pedagógicas e atitudinais que impedem o acesso e a permanência do estudante com deficiência no espaço escolar. A presença do profissional do AEE é essencial, pois atua na identificação das necessidades educacionais específicas e na criação de estratégias pedagógicas acessíveis, em parceria com os professores da sala de aula regular.

De acordo com Almeida (2015), o professor do AEE tem como função compreender o funcionamento cognitivo e emocional da pessoa com deficiência, bem como propor adaptações curriculares e uso de recursos pedagógicos que favoreçam a aprendizagem significativa. Esse profissional precisa reconhecer que cada estudante aprende de forma única, respeitando seu ritmo, suas potencialidades e seus limites.

No contexto da educação profissional e tecnológica, a atuação do Assistente Educacional Inclusivo (AEI) vem se destacando como um apoio fundamental. Ele não substitui o professor do AEE, mas atua diretamente com o estudante, auxiliando na execução de atividades, interpretação de textos e organização de rotinas acadêmicas. Esse acompanhamento constante contribui para o desenvolvimento da autonomia e para a permanência do estudante com deficiência no ensino superior, como demonstrado neste relato.

Além disso, Castro e Sousa Alves (2019) reforçam que a formação docente precisa incluir discussões sobre práticas pedagógicas inclusivas, para que os professores compreendam a importância de adaptar seus métodos e avaliações de modo a contemplar todos os estudantes. Assim, a inclusão não se limita à matrícula, mas se concretiza nas práticas diárias de ensino, aprendizagem e convivência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na escola é importante que haja a inclusão, por exemplo, quando um professor chega pra fazer um trabalho sobre o sistema solar e ao dividir a turma em grupos é importante que os estudantes com deficiência sejam incluídos nos grupos dos estudantes neurotípicos e não formarem grupos apenas com estudantes com deficiência segregados dos demais, além disso, o professor não deveria deixar um aluno apenas colorindo um























planeta, isso limitaria muito o aluno. Permitir que o estudante se envolva em um grupo e realize o trabalho com o auxílio dos colegas, ele poderá desenvolver-se mais e superar suas limitações. As pessoas com deficiência precisam de apoio de toda a equipe escolar para alcançar o melhor desempenho, desde o professor da sala de aula, ao professor do AEE e ao trabalharem juntos, muitas ideias podem ser desenvolvidas.

É importante ter um momento de planejamento com os alunos, para os alunos se expressarem com a participação de todos os estudantes, ou seja, é importante que o professor ouça os alunos e receba os feedbacks sobre suas ações, avaliações, sobre o tempo demandado para cada atividade, inclusive para avaliações destinadas aos estudantes com deficiência.

A avaliação do estudante com deficiência intelectual retoma os conhecimentos vistos em sala de aula e tudo o que ele conhece, toma de base o seu nível de aprendizado anterior, pois nenhum conhecimento anterior é construído sem levar em conta o que o estudante já viu e já conhece, dentro daquele novo conhecimento a ser construído

É importante conhecer a origem da deficiência intelectual do estudante, além de acompanhar diretamente com a escola como se dá a forma de aprender e estudar do estudante, como se comportam e como é a rotina de cada um.

O professor precisa levar o aluno com deficiência intelectual a pensar mais e falar mais, se expressar mais, passar mais atividades com objetos que chamem mais a atenção dos alunos e diferentes formas para que fixe a atenção do aluno e que leve em consideração o tempo de aprendizagem do estudante. O tempo, os recursos são pontos importantes de serem observados durante o planejamento das atividades, pois viabiliza o desenvolvimento do estudante com deficiência, além disso, isso colabora para o desempenho do estudante fora da sala de aula, no mundo à fora, ou seja, o seu crescimento como um todo.

Para alunos com deficiência intelectual, passar algumas adaptações para as avaliações, usando algumas estratégias de ensino para esse público fará muitas mudanças para o aluno, pois independentemente da idade o estudante pode ter ansiedade e também essas crises de ansiedade podem deixar a pessoa sem saber muito o que fazer diante da crise. Por exemplo, o que o professor deve fazer diante de uma crise de ansiedade de um estudante? Por isso, as adaptações devem ser realizadas aos poucos e com o auxílio de um profissional da área para as aulas que tenham estudantes com deficiência, desenvolvendo a participação de todos na aula.





























O professor deve usar o brincar dentro de suas aulas para ensinar aos alunos, pois com o brincar, os estudantes com deficiência intelectual desenvolvem o seu aprendizado, pois ele pode aprender brincando, os alunos que não tem nenhuma necessidade específica podem aprender apenas vendo ou ouvindo, mas para o estudante com necessidade específica poderá aprender vendo e brincando, sempre aprendendo de diversas formas.

O professor que ensina o público de estudantes com deficiência intelectual nunca vai saber tudo sobre esses estudantes, pois é uma coisa bem complexa de se saber, não há como saber tudo. O professor de apoio ele aprende também com o estudante, pois os níveis são diferentes e variam de estudante pra estudante, por isso o professor vai aprendendo diariamente a lidar com esse público, fazendo adaptações, atividade, alguns planejamentos junto ao estudante, para ver o que pode ser adaptado dentro do que o estudante sabe e compreende, por isso também é importante ter o profissional do AEE, pois a educação não pode ser negada para ninguém, a educação é para todos.

Durante décadas, as escolas regulares mantinham o mesmo ensino para estudantes com deficiência intelectual, mantendo o mesmo padrão de ensino e repetição para o aprender deles, no entanto, o excesso de repetições de uma mesma coisa para um estudante com deficiência intelectual seria algo em vão, pois o excesso de repetições só gera uma memorização, ou seja, o estudante não iria saber o porquê de estar fazendo aquilo e talvez ele não aprendesse da forma desejada. É importante ensinar de uma forma que faça sentido pro estudante, uma forma que ele conseguisse compreender e absorver, um professor especializado tende a saber o porquê que determinado estudante deve estudar determinado conteúdo, trabalhando de forma a treinar o estudante para o dia a dia.

O atendimento educacional especializado surgiu a partir do ano de 2012 para suprir as necessidades dos alunos de aprender os conteúdos passados em sala de aula e também para os alunos conseguirem superar suas limitações, para que o estudante com deficiência intelectual possa ir para a sala de AEE no turno inverso das suas aulas preferencialmente na mesma em que estuda regularmente. O atendimento tende a estimular o aprendizado do estudante, estimular o pensamento e fazer com que o estudante busque ir além dos limites impostos pela deficiência e ao fazer isso ele pode ir para o atendimento AEE com as próprias ideias.

A sala do AEE deve ter equipamentos e recursos que auxiliem o estudante a entender o assunto que o professor regular passa em sala de aula e evite a reclusão do



























aluno, além de não limitar as atividades à mera repetição, buscando ir além na forma de ensinar e aprender do estudante com deficiência intelectual.

Podem ser oferecidos atividades a partir de trabalhos já desenvolvidos pelo estudante com deficiência intelectual aproveitando o gosto do estudante, ou seja, aproveitar o raciocínio de uma atividade para o aprender a ser construído com o estudante com deficiência intelectual, por tempos muitas pessoas pensavam que uma pessoa com deficiência intelectual não poderia ir muito à frente, principalmente se for levado em conta o que o estudante gosta de fazer, ou seja, partir dos interesses e conhecimentos prévios do estudante, a tendência é que o estudante siga com segurança e acredite no caminho de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivida pelo estudante com deficiência intelectual, relatada neste trabalho, demonstra que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um instrumento essencial para a efetivação da inclusão educacional. O acompanhamento individualizado, o diálogo constante com professores e o uso de estratégias adaptadas contribuem diretamente para o avanço na aprendizagem, no desenvolvimento da autonomia e na permanência do estudante no ensino superior.

Constatou-se que o papel do profissional do AEE e do AEI vai muito além do apoio técnico; trata-se de uma presença humana, acolhedora e mediadora, que compreende as limitações, valoriza as potencialidades e cria caminhos para que o estudante construa o próprio saber. A partir dessa vivência, entende-se que a inclusão não deve ser vista como um favor, mas como um direito e uma oportunidade de crescimento mútuo para toda a comunidade escolar.

Apesar dos avanços, ainda há desafios: muitos estudantes com deficiência continuam enfrentando preconceitos, falta de apoio especializado e barreiras atitudinais dentro das instituições. É urgente investir em formação docente contínua, na ampliação das salas de recursos multifuncionais, e na valorização do trabalho do AEE e do AEI, garantindo que mais estudantes possam vivenciar trajetórias acadêmicas bem-sucedidas.

Por fim, esta experiência reforça que acreditar na capacidade do estudante com deficiência é o primeiro passo para que ele próprio acredite em si. O olhar sensível e comprometido dos profissionais da educação é o que torna possível a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, humana e transformadora.

























REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Piedade Resende da Costa. A inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual: práticas pedagógicas e desafios docentes. São Paulo: Cortez, 2015.

BAPTISTA, Cláudio Roberto; BEYER, Hugo Otto; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ALMEIDA, Maria da Piedade Resende da Costa. **Inclusão e escolarização:** múltiplas perspectivas. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O. **Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas.** E-Mosaicos, v. 7, n. 16, p. 3–25, 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/43507. Acesso em: 30 out. 2025.

MENDONÇA, Maria Aparecida dos Santos. **O papel do professor do atendimento educacional especializado na inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual.** Brasília: MEC/SEESP, 2011.





















